

A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL ENTRE 2003 E 2025: UMA ANÁLISE À LUZ DAS CATEGORIAS DE POTÊNCIA MÉDIA E POTÊNCIA EM ASCENSÃO

Fernanda Caldeira Mateus¹, Felipe Gouvêa Pena²

*¹Discente do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH), Belo Horizonte, Brasil
(fercmateus1515@gmail.com)*

²Docente do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH), Belo Horizonte, Brasil

Resumo: o estudo analisa a política externa brasileira entre 2003 e 2025 à luz das categorias de potência média e potência em ascensão. Com abordagem qualitativa e Análise de Política Externa, examina a atuação do Brasil em instituições multilaterais, coalizões e estratégias de inserção internacional. Os resultados indicam que a projeção internacional brasileira variou conforme as orientações de política externa adotadas pelos diferentes governos.

Palavras-chave: potência média; potência em ascensão; política externa brasileira; inserção internacional; Estados intermediários.

INTRODUÇÃO

A dinâmica do Sistema Internacional apresentou significativas mudanças no período pós-Segunda Guerra Mundial e, especialmente, após o fim da Guerra Fria. Essas transformações estão associadas ao deslocamento de uma estrutura bipolar para uma configuração mais difusa e complexa, marcada pela inserção de novos atores na política internacional (Holbraad, 1984). Nesse contexto, Amorim (2010) argumenta que o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas não resultou na consolidação duradoura de uma única superpotência, mas em uma tendência de diluição do poder global, expressa principalmente na capacidade de influência exercida por Estados situados em posições intermediárias da hierarquia internacional. A ampliação da atuação desses Estados em instituições multilaterais, na formação de coalizões e na defesa de agendas internacionais impulsionou o desenvolvimento de categorias analíticas capazes de compreender sua inserção na ordem internacional para além das capacidades materiais, incorporando também padrões de comportamento e estratégias de atuação (Hurrell, 2000). Entre essas categorias destacam-se as noções de potência média e potência em ascensão, fundamentais para compreender a projeção internacional de países como o Brasil.

A imagem internacional construída pelo Brasil ao longo do tempo está intimamente associada aos princípios que norteiam sua política externa, tradicionalmente caracterizada pelo destaque aos princípios e valores nacionais, pacifismo, moderação, mediação entre países do Norte e do Sul, respeito ao Direito Internacional e aos direitos soberanos de outras nações. A diplomacia e o multilateralismo são os principais meios utilizados pelo país para resolver disputas e atuar no âmbito internacional (Amorim,

2010; Cervo; Bueno, 2011; Hirst; Lima; Pinheiro, 2010).

Nesse sentido, especialmente a partir dos anos 2000, observa-se uma intensificação do protagonismo internacional brasileiro, marcado por maior engajamento em coalizões Sul-Sul, pela participação ativa em fóruns multilaterais e pela defesa de reformas nas instituições internacionais, evidenciando a busca do país por maior influência e por uma reconfiguração das assimetrias de poder no sistema internacional (Flemes, 2010). Tal cenário levanta questionamentos acerca da forma como o Brasil pode ser classificado no sistema internacional contemporâneo, especialmente diante das categorias analíticas de potência média e potência em ascensão. Diante disso, coloca-se a seguinte questão de pesquisa: em que medida e sob quais aspectos o comportamento internacional do Brasil, no período entre 2003 e 2025, aproxima-se do modelo de potência média ou de potência em ascensão? A análise parte das estratégias de política externa adotadas ao longo dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010; 2023–2025), Dilma Rousseff (2011–2016), Michel Temer (2016–2018) e Jair Bolsonaro (2019–2022), considerando as variações de orientações de política externa e contextos domésticos e internacionais distintos. Tal recorte se justifica por contemplar tanto momentos de maior ativismo internacional quanto fases de retração ou reorientação estratégica, permitindo uma análise comparativa consistente.

Sendo assim, esse estudo visa analisar a política externa brasileira, no período compreendido entre 2003 e 2025, a fim de identificar se o padrão de inserção internacional do país se aproxima do modelo de potência média ou potência em ascensão. Para tanto, estabelecem-se como objetivos específicos: examinar os fundamentos teóricos dessas categorias analíticas; identificar e analisar as estratégias de



política externa adotadas pelos governos selecionados; e, por fim, comparar a prática brasileira com os modelos teóricos, buscando compreender sua inserção e atuação na ordem internacional.

A relevância deste estudo reside na contribuição para o debate acerca do papel de Estados intermediários na ordem internacional contemporânea, especialmente em um contexto de reconfiguração das estruturas de poder global. No caso brasileiro, a análise permite aprofundar a compreensão sobre os limites e as possibilidades da atuação internacional do país, bem como sobre os fatores que condicionam continuidades e mudanças em sua projeção externa ao longo de diferentes orientações de política externa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Potências Médias: comportamento internacional e atuação institucional

A partir da perspectiva de Estados intermediários apresentada, esta pesquisa adota a perspectiva segundo a qual as potências médias recorrem às instituições e regimes internacionais para se inserirem na ordem e atuarem de forma estratégica. Estes caracterizam-se pela atuação voltada ao multilateralismo, à cooperação internacional, diversificação de parcerias e à construção de consensos diplomáticos em arenas institucionais. Em contextos nos quais regras multilaterais permitem reduzir parcialmente as assimetrias de poder entre os Estados e aumentar o poder de barganha (Hurrell, 2000). A literatura sobre potências médias também destaca a importância de estratégias diplomáticas seletivas aplicadas pelos Estados para aumentar e concentrar sua atuação no sistema internacional. Cooper, Higgott e Nossal (1993) introduzem o conceito de *niche diplomacy*, estratégia que consiste na concentração seletiva de recursos diplomáticos em áreas específicas da agenda internacional. Nesse sentido, as potências médias priorizam setores para especialização temática e atuação diplomática, permitindo a esses atores o aumento da visibilidade internacional e maior reconhecimento em instituições e regimes. A estratégia em questão também destaca a dimensão identitária, em que esses atores, além de ampliarem sua visibilidade internacional, também constroem identidades associadas à promoção de determinados valores ou agendas, como Direitos Humanos, controle de armamentos e cooperação multilateral (Cooper; Higgott; Nossal, 1993).

Concomitante ao apresentado, é importante destacar que a categoria em questão não é homogênea. Jordaan (2003) divide a análise em dois grupos: as potências médias tradicionais e potências médias emergentes. As potências médias tradicionais correspondem a Estados com instituições políticas democráticas consolidadas, contudo com postura estável no sistema internacional. O grupo tende a apresentar maior

alinhamento com a manutenção da ordem internacional liberal e com o status quo vigente, a fim de não perder o espaço de manobra e influência conquistados. Já as potências médias emergentes são identificadas pelo autor como Estados que também atuam na esfera institucional, no entanto possuem estruturas internas marcadas pela desigualdade e recente democratização. As potências médias emergentes podem adotar postura reformista não radical em relação à ordem institucional vigente, buscando maior representatividade e orientadas pela integração e influência em seus contextos regionais. A diferença apresentada pelos grupos na categoria se refere ao perfil político e histórico do Estado que influencia a forma como ele se insere no sistema internacional, possuindo trajetórias, interesses e relação com a ordem de forma diferente, mas ambos continuam sendo potências médias (Jordaan, 2003).

Outro aspecto relevante sobre a categoria analítica encontra-se na atual configuração do sistema internacional, marcado pela intensificação da competição estratégica entre duas potências, Estados Unidos e China, e pela crescente fragmentação da ordem global. Potências médias apresentam tendências de posicionamento geopolítico relativamente autônomo em relação às grandes potências, sem se alinhar formalmente com nenhum dos dois polos de poder (O'Sullivan; Mitter; Yusuf, 2025). Adicionalmente, as potências médias se caracterizam pela adoção de coalizões fluidas e pragmáticas, frequentemente organizadas em torno de temas específicos, em contraste com alianças rígidas e ideologicamente orientadas. A lógica de coalizões flexíveis não apenas aumenta a visibilidade internacional desses Estados, como também lhes permite atuar como intermediadores, facilitadores ou mesmo obstáculos às agendas das grandes potências, capazes de influenciar questões ao nível regional ou global (O'Sullivan; Mitter; Yusuf, 2025).

Potências em Ascensão: status, reforma institucional e projeção internacional

O conceito de potências em ascensão, *rising power*, emerge no campo das Relações Internacionais como uma forma de analisar as dinâmicas de redistribuição de poder no sistema internacional a partir do fim da Guerra Fria, mas também com maior destaque, no início dos anos 2000, associada à projeção de países do Sul Global (Aveiro, 2025). Assim como o conceito de potência média anteriormente discutido, a análise das *rising powers* não deriva de uma lente analítica centrada exclusivamente na acumulação de capacidades materiais, a literatura enfatiza que a ascensão internacional de determinados Estados deve ser compreendida a partir de sua capacidade de ampliar projeção política, influência institucional e reconhecimento internacional (Hurrell, 2006; Ikenberry, 2008).

É necessário delimitar que a relação entre o conceito de potência média e potência em ascensão, embora ambos se refiram a Estados intermediários, trata de aspectos distintos: enquanto o conceito de potência média enfatiza padrões de comportamento e estratégias de atuação, o conceito de potência em ascensão está associado a trajetórias de transformação estrutural e busca por maior status e influência na ordem internacional. Dessa forma, determinadas potências médias, ao ampliarem sua inserção internacional e capacidade de articulação diplomática, podem desenvolver estratégias voltadas ao reposicionamento de sua posição na hierarquia internacional (Keohane, 1969; Hurrell, 2000; Ikenberry, 2008).

Esse debate se relaciona diretamente com a distinção entre o caráter reformista das potências em ascensão e posturas revisionistas. Conforme argumenta Ikenberry (2008), a ordem internacional liberal apresenta características institucionais que permitem a incorporação de novos atores, como as potências em ascensão, possibilitando que estas busquem ampliar sua influência dentro das próprias instituições por meio de reformas internas e não mediante ao revisionismo, o que causaria rupturas abruptas da ordem internacional (Ikenberry, 2008). Sendo assim, a atuação das potências em ascensão não se limita à aceitação ou rejeição das estruturas internacionais existentes. Estas tendem a utilizar organizações multilaterais e regimes internacionais como mecanismos para ampliar voz política, legitimidade e reconhecimento internacional, ao mesmo tempo em que pressionam por reformas na distribuição do processo decisório dentro dessas estruturas. As instituições tornam-se então instrumentos centrais de reposicionamento internacional (Ikenberry; Lin, 2017). Ikenberry e Lin (2017) trabalham com a ideia de que a atuação de uma potência em ascensão é caracterizada pela multiplicidade estratégica e que pode transitar pelos mecanismos evidenciados no Quadro 1. É salientado que a mudança da posição sistêmica desses atores transita de forma pragmática entre a reivindicação interna em relação às regras vigentes e a criação de novos arranjos competitivos.

Quadro 1 - Escolhas institucionais-estratégicas de potências em ascensão

Estratégia	Mecanismo de atuação
Busca por autoridade	Reivindicação de maior peso político e capacidade decisória nas instituições internacionais.
Obstrução institucional	Utilização das instituições para

	bloquear ou atrapalhar agendas percebidas como ameaças à autonomia ou aos seus interesses geopolíticos.
Inovação externa	Quando potências tradicionais barram a ascensão interna desses Estados, as potências em ascensão podem criar novas instituições e regimes para ampliar influência internacional. Estes podem até assumir caráter contra-hegemônico, mas sem romper com a ordem existente.

Fonte: elaborado pelos autores (2026) a partir de Ikenberry e Lin (2017).

Sendo assim, a partir dos aspectos apresentados, compreende-se que potências em ascensão são Estados que a partir do aumento de suas capacidades diplomáticas e institucionais, buscam ampliar sua influência política e seu reconhecimento na hierarquia internacional. Diferentemente das potências médias, cuja atuação é frequentemente associada a padrões de comportamento, as potências em ascensão caracterizam-se pela tentativa de converter crescimento, capacidade de articulação internacional e projeção diplomática em reposicionamento sistêmico, utilizando inclusive estratégias expostas no Quadro 2. Trata-se, portanto, de um conceito que envolve um processo de trajetória de ampliação de status e influência, combinado com a utilização estratégica de instituições e regimes internacionais. À luz das contribuições teóricas e dos elementos discutidos observa-se que os conceitos de potência média e potência em ascensão diferenciam-se quanto ao foco analítico, às estratégias de inserção internacional e aos objetivos políticos associados à atuação desses Estados na ordem internacional, conforme sintetizado no Quadro 2:

Quadro 2 - Síntese comparativa entre os conceitos de potência média e potência em ascensão

Aspecto	Potência média	Potência em ascensão
Elemento central	Comportamento internacional	Reposicionamento, ação estratégica e busca por <i>status</i>
Inserção e	Multilateralismo	Ampliação



atuação	o, coalizões e diplomacia de nicho	gradual de influência, <i>status</i> e capacidade decisória
Relação com instituições internacionais	Utilização de regimes e organizações para aumentar capacidade de atuação	Utilização institucional para ampliar <i>status</i> e reivindicar possíveis reformas
Objetivo predominante	Inserção estratégica e ampliação da capacidade diplomática	Reposicionamento na hierarquia internacional e na frente decisória
Relação com a ordem internacional	Mediador, articulador e até influenciador, a partir das coalizões	Reforma institucional com maior reivindicação por poder decisório

Fonte: elaborado pelos autores (2026) a partir de Keohane (1969); Hurrell (2000); Jordaan (2003); Ikenberry (2008); Ikenberry e Lin (2017); e O’Sullivan; Mitter; Yusuf, (2025).

MATERIAL E MÉTODOS

Em uma abordagem qualitativa, a pesquisa classifica-se como analítico-explicativa (Gil, 2026), uma vez que o foco reside na identificação dos fatores que condicionam os padrões de atuação e comportamento estatal do Brasil, à luz das categorias teóricas de potência média e potência em ascensão. A delimitação temporal estabelecida, de 2003 a 2025, justifica-se por abranger ciclos distintos de orientação de política externa brasileira, com foco em governos com diferentes matrizes estratégicas de inserção internacional. Dessa forma, o recorte e a estratégia metodológica comparativa permitem avaliar continuidades, rupturas e reorientações estratégicas no comportamento internacional do país. A unidade de análise da pesquisa é o Estado brasileiro enquanto ator de política externa. Como instrumento analítico, a pesquisa utiliza a Análise de Política Externa (APE). A APE possibilita a observação sistemática da atuação internacional dos Estados por meio de suas estratégias, posicionamentos e ações externas. Nesta pesquisa, a APE não é empregada como teoria explicativa, mas como ferramenta analítica destinada à observação empírica da atuação internacional brasileira e à identificação de padrões de comportamento associados às categorias de potência média e potência em ascensão.

No que se refere aos procedimentos de coleta de dados, a pesquisa fundamenta-se a partir da articulação entre fontes primárias e secundárias. As fontes primárias baseiam-se em fontes diversificadas que ainda não foram objeto de análise, enquanto a análise bibliográfica é elaborada através de fontes com base em materiais já desenvolvidos, como livros e artigos científicos (Gil, 2026). Entre as fontes primárias, destacam-se discursos presidenciais, pronunciamentos oficiais, documentos do Ministério das Relações Exteriores, registros de participação brasileira em organismos multilaterais e declarações governamentais. As fontes secundárias incluem literatura acadêmica especializada sobre potência média e potência em ascensão e livros, artigos científicos, teses, dissertações e estudos especializados sobre política externa brasileira. Para operacionalizar empiricamente a análise dos conceitos de potência média e potência em ascensão, foram utilizados os indicadores que correspondem à atuação brasileira em instituições multilaterais, com foco no multilateralismo e na construção de coalizões. A partir da aplicação sistemática dos indicadores acima citados, cada ciclo governamental foi analisado comparativamente, permitindo aferir se houve trajetória cumulativa de projeção internacional compatível com o comportamento de uma potência em ascensão ou se predominou um padrão característico de potência média.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A política externa nos governos Lula (2003-2010): multilateralismo e projeção internacional

A transição do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002) para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva representou mudança significativa na orientação da política externa brasileira. O governo FHC assumia política neoliberal, priorizando maior aproximação de países centrais, especialmente dos Estados Unidos da América, enquanto os governos Lula adotaram uma postura multilateralista e universalista, que dialoga com a concepção de um mundo interdependente e globalizado (Cervo; Bueno, 2011; Vigevani; Cepaluni, 2007). A noção de “autonomia pela diversificação” tornou-se parte das políticas do governo, exaltando o ideal de um mundo multipolar e visando a institucionalização de parcerias com países de regiões não centrais (Ramanzini Júnior, 2010). A relação bilateral Brasil-EUA é histórica, consolidada desde a diplomacia do Barão do Rio Branco (1902–1912). Observa-se nos dois primeiros governos de Lula a preservação da relação com os norte-americanos, porém sob uma nova ótica: uma relação de não exclusividade e não alinhamento automático. A partir da noção de “autonomia pela diversificação”, o governo brasileiro se aproximou de países do Sul Global e da Ásia, região que considerava como o provável “novo centro econômico global”



(Isdra, 2025, p. 39), especialmente com a ascensão cada vez mais acelerada da China (Fonseca, 2017; Isdra, 2025). A invasão do Iraque em março de 2003, pelos EUA, foi o primeiro acontecimento internacional que o governo Lula teve que lidar e a posição brasileira foi contrária à invasão norte-americana. A presidência uniu esforços com o secretário-geral da ONU à época, Kofi Annan, e com o Papa João Paulo II para evitar uma escalada do conflito (Amorim, 2010; Fonseca, 2017). Nesse contexto, a condução da política externa brasileira esteve associada à atuação do Itamaraty, sob a liderança do ministro Celso Amorim. O ministro estabeleceu a adoção de uma política externa “ativa e altiva”, em que o país buscava estar presente em todas as mesas de negociações possíveis, reforçando a ideia de que o multilateralismo era instrumento central da política externa brasileira, garantidor da inserção internacional do país a fim de ganhar notoriedade e capacidade de influenciar e moldar a ordem internacional (Fonseca, 2017). Um aspecto que merece destaque na política externa do período é a prática da diplomacia presidencial, em que, no caso brasileiro, o presidente avança a condução institucional para um papel mais ativo na execução da política externa do país. É a partir dessa prática que se observa a intensificação do ativismo na busca dos interesses brasileiros no cenário internacional, com intensa agenda de viagens e participação ativa de Lula em cúpulas. Sendo assim, o projeto internacional brasileiro esteve fortemente vinculado à imagem do presidente em vetor de mediação, legitimidade e liderança no cenário internacional (Barnabé, 2010).

Lula defendia veementemente a ideia de democratização das relações internacionais a partir da noção do universalismo e do multilateralismo da reciprocidade. Essa ideia se aplica a todos os quadros da ordem internacional, como economia, comércio, segurança, questões ambientais e direitos humanos. Tais preceitos seriam fundamentais para estabelecer um ordenamento internacional que beneficie a todas as nações e que se distancie da “[...] mercê dos maus fortes, como revelam desde 1945 as discussões no seio do GATT-OMC e da ONU” (Cervo, Bueno, 2011, p. 531). Ou seja, que o ordenamento internacional deixe de ser um ambiente de disparidade de poder que favorece as grandes potências e que passe a se basear na busca por benefícios mútuos e relações menos assimétricas entre os Estados (Cervo; Bueno, 2011). Essa orientação se manifestou propriamente ainda nos primeiros anos de governo, no campo econômico e comercial, no tocante à liderança brasileira na formação do G-20 comercial, durante a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancún, no ano de 2003. A criação do grupo visava o alcance de resultados por meio de coalizões com países intermediários a fim de evitar a imposição de políticas assimétricas e protecionistas

pelos países desenvolvidos, especialmente Estados Unidos e membros da União Europeia, e defender interesses comuns relacionados à defesa do mandato agrícola (Ramanzini Júnior, 2010). A atuação brasileira evidencia a capacidade de articulação no âmbito Sul-Sul, um dos eixos de orientação de política externa do período, a fim de ampliar o poder de barganha e de tomada de decisões na definição de regras do comércio internacional (Ramanzini Júnior, 2010; Leite, 2011).

Outro elemento relevante da estratégia do período foi a aproximação de economias emergentes por meio da articulação do grupo BRIC, formado inicialmente por Brasil, Rússia, Índia e China. A participação do grupo reforça, na prática, a articulação brasileira para discussões relacionadas à reforma da governança global e à ampliação da participação dos países emergentes nos processos decisórios internacionais, discussões essas que os países membros do grupo tinham interesse compartilhado. A participação brasileira no grupo esteve alinhada à estratégia de autonomia pela diversificação e à busca por maior projeção internacional por meio da formação de coalizões e coordenação política com países do Sul Global e outras potências emergentes (Ramanzini Júnior, 2010; Fonseca, 2017). Nesse sentido, a defesa da democratização das instituições internacionais materializou-se na prática na atuação brasileira em prol da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em 2004, o Brasil, em conjunto com Alemanha, Índia e Japão, formou o chamado G-4, coalizão que tinha como objetivo central a ampliação do número de membros permanentes e não permanentes do Conselho, de modo a torná-lo mais representativo frente às dinâmicas contemporâneas do sistema internacional (Leite, 2011; Cervo e Bueno, 2011). A iniciativa refletia diretamente a crítica brasileira à obsolescência das estruturas de governança, consideradas perpetuadoras de desigualdades históricas diante da sub-representação dos países em desenvolvimento (Amorim, 2010; Brasil, 2025).

Contudo, apesar do apoio de alguns membros permanentes, como França e Reino Unido, a proposta enfrentou resistências significativas, tanto por parte dos outros membros permanentes quanto pela Argentina. A oposição argentina se relacionava com a rivalidade regional entre os dois países e partia da noção de que o acento permanente brasileiro faria com que o país estabelecesse uma hegemonia regional, historicamente disputada entre ambos (Amorim, 2010). A postura reformista do Conselho se refletia nos discursos presidenciais, nos quais Lula reiterou a necessidade de atualização da representatividade das estruturas internacionais (Brasil, 2004). Paralelamente, no campo da segurança internacional, a atuação brasileira atingiu um de seus momentos mais



simbólicos na mediação da questão do programa nuclear iraniano, que culminou na Declaração de Teerã, firmada em 17 de maio de 2010, em conjunto com a Turquia. A iniciativa refletiu a determinação do Brasil em atuar de maneira propositiva em temas sensíveis da agenda internacional, tradicionalmente dominados por grandes potências, evidenciando a ampliação de seu escopo de atuação (Amorim, 2010; Ramanzini Júnior, 2010). A participação brasileira nas negociações baseou-se na defesa do diálogo diplomático e na busca por soluções pacíficas, em consonância com os princípios históricos de sua política externa.

A atuação conjunta de Brasil e Turquia foi viabilizada, em grande parte, pela posição de ambos os países não serem detentores de armamentos nucleares e a não presunção de antemão de que o programa nuclear iraniano dispusesse de uso não pacífico. É importante ressaltar que o Conselho de Segurança reagiu com certo descaso à Declaração de Teerã, por conta do sucesso das negociações ter sido protagonizado por duas potências não tradicionais, considerado um desvio do caminho pré-estabelecido e, em especial, por se tratar da temática de paz e segurança no Oriente Médio, uma região estratégica (Amorim, 2010). Diante do exposto, observa-se que a política externa conduzida nos governos Lula apresentou um padrão de ativismo internacional, pautado pelo multilateralismo, pela diversificação de parcerias e formação de coalizões estratégicas, em que a participação ativa do presidente foi importante vetor de protagonismo. A atuação em fóruns como a OMC, a articulação de liderança no G-20 comercial, a iniciativa reformista do G-4 e a condução das negociações que culminaram na Declaração de Teerã evidenciam um esforço de ampliação de capacidade de influência do Brasil nas dinâmicas decisórias do sistema internacional.

*A política externa nos anos Dilma (2011-2016):
continuação com contenção*

A transição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva para o de Dilma Rousseff, primeira mulher eleita para o cargo no Brasil, foi de projeções em relação à continuidade da política externa exercida por seu antecessor. Essa expectativa estava ancorada não apenas na convergência partidária entre os dois governos, ambos membros do Partido dos Trabalhadores (PT). Mas também, no legado recente de uma política “ativa e altiva” e forte ativismo internacional, no qual o Brasil havia ampliado sua projeção global, diversificado parcerias e assumido papel mais assertivo em fóruns multilaterais. Diante desse cenário, esperava-se que o governo Dilma mantivesse, e eventualmente aprofundasse, a estratégia de inserção internacional construída ao longo dos dois mandatos de Lula (Cornetet, 2014; Menezes; Fingermann, 2020).

Em seu discurso de posse, Dilma faz menção a essa continuidade ao afirmar: “Venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva!” (Brasil, 2011). Como apontado por Antônio de Aguiar Patriota, ministro das relações exteriores de Rousseff, entre 2011 e 2013, tratava-se de uma estratégia de continuidade, mas isso não significava repetição, já que o contexto internacional não era o mesmo de quando Lula assumiu a presidência, em 2003 (Patriota, 2023). A conjuntura internacional do período era adversa e hostil, marcada pelos desdobramentos da crise financeira de 2008 e por uma reconfiguração das dinâmicas de poder global (Saraiva, 2014). É possível observar que coalizões, como o G-7, voltaram a ter maior visibilidade e o espaço de manobra e atuação de potências não centrais diminuiu. Além disso, crises geopolíticas, como os conflitos no Oriente Médio e na Ucrânia, recolocaram as grandes potências no centro da agenda internacional (Saraiva, 2014). Nesse contexto, a política externa do governo Rousseff passou a refletir as limitações impostas pelo ambiente internacional menos favorável. Conforme argumenta Cornetet (2014), o empreendedorismo percebido na atuação internacional de políticas lulistas perdeu espaço e deu lugar a iniciativas mais reativas do que ativas.

Um dos aspectos mais evidentes da inflexão apresentada foi a diminuição da diplomacia presidencial como instrumento de projeção internacional. No governo Dilma, a participação da presidente em fóruns multilaterais e viagens internacionais reduziu-se consideravelmente, afetando a visibilidade e a capacidade brasileira de liderar e agir estrategicamente (Cervo; Lessa, 2014). Paralelamente, o multilateralismo manifestou-se no governo Dilma a partir de algumas iniciativas que demonstram a permanência de compromissos tradicionais de política externa, ainda que com menos protagonismo. A atuação em fóruns multilaterais, como a Organização das Nações Unidas, o G20 e o BRICS, foi mantida, com ênfase em temas como desenvolvimento sustentável, paz e direitos humanos. É de grande importância mencionar, nesse sentido, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Rio+20, em junho de 2012, sediada pelo Brasil no Rio de Janeiro (Cervo; Lessa, 2014; Patriota, 2023). A Rio+20 destaca-se como importante momento de articulação multilateral do governo Rousseff, que contribuiu ativamente para a formulação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O documento produzido no encontro chegou à conferência com apenas 40% de aprovação. No entanto, de acordo com o secretário-geral da ONU à época, Ban Ki-moon, a articulação diplomática brasileira foi responsável pela aprovação integral do texto (Patriota, 2023). No âmbito das Nações Unidas, a reforma da



representatividade no Conselho de Segurança foi mencionada por Dilma em seu discurso à 66ª Assembleia Geral da ONU, em 2011 (Brasil, 2011). Entretanto, diferentemente do período anterior, em que essa agenda ocupava posição central na estratégia de inserção internacional do Brasil, durante o governo Dilma observou-se uma perda de ênfase e prioridade atribuída à temática (Cornetet, 2014; Cervo; Lessa, 2014). A redução de protagonismo pode ser compreendida tanto pela diminuição do ativismo diplomático quanto pelas próprias limitações impostas pelo contexto internacional. Ainda assim, o governo buscou articular a defesa reformista com outros elementos de sua atuação multilateral, como no caso da proposta da “responsabilidade ao proteger” (Patriota, 2023).

Como mencionado anteriormente, a temática de segurança internacional estava em pauta diante de conflitos internacionais, em especial no Oriente Médio. O conceito em questão gira em torno da problemática de intervenções militares serem geradoras de instabilidade e destruição a civis. A defesa brasileira era de que a comunidade internacional “não causar maiores problemas do que é chamada a solucionar” (Patriota, 2023, p.30). A proposta defendia que intervenções militares deveriam ser a última entre as opções e, se acontecessem, deveriam ser conduzidas com maior responsabilidade e monitoramento do Conselho de Segurança. No entanto, a proposta não obteve o apoio das potências tradicionais e acabou perdendo espaço na agenda internacional (Saraiva, 2014). Na dimensão econômica das políticas de Rousseff, a lógica de continuidade com ajustes também foi refletida. A atuação brasileira no BRICS foi um dos pontos enfáticos do período, houve incremento no âmbito financeiro do grupo com a criação do Banco de Desenvolvimento do BRICS, na VI cúpula do grupo realizada em julho de 2014, no Brasil, que culminou na Declaração de Fortaleza. A criação do banco foi considerada por seus próprios membros como uma forma alternativa às instituições tradicionais, especialmente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, dominadas pelas assimetrias de poder, que proporcionou espaço para que potências tradicionais detivessem maior influência e robustez na tomada de decisões (Cervo; Lessa, 2014; Saraiva, 2014). Ainda no escopo do BRICS, Cervo e Lessa (2014) argumentam que o protagonismo brasileiro foi deslocado no grupo para Rússia e China. Tal movimento reforça a ideia de continuidade com adaptação, mas também evidencia a perda relativa do protagonismo brasileiro.

Sob outra perspectiva, a cooperação Sul-Sul foi mantida como princípio orientador de política externa, no entanto sofreu alterações em sua natureza. O governo anterior dispunha a relação com a região a

partir de uma visão de solidariedade e reciprocidade. Já no governo Dilma, percebe-se uma visão muito mais pragmática e comercial (Menezes; Fingerhann, 2020). No que se refere às relações bilaterais com os EUA, inicialmente Dilma buscou aproximação em iniciativas de cooperação. Entretanto, em 2013, com o vazamento do escândalo de espionagem da National Security Agency, que revelou o monitoramento de comunicações de Dilma e seus assessores, a ação do Brasil foi de afastamento. O assunto foi considerado pela presidente como violação do Direito Internacional e da soberania nacional (Patriota, 2023). Dessa forma, a política externa do governo Dilma Rousseff pode ser caracterizada como uma continuidade condicionada, marcada por ajustes pragmáticos e por uma contenção do ativismo que havia caracterizado o período anterior. Ainda que tenha preservado importantes diretrizes, como o multilateralismo e a busca por maior autonomia internacional, a redução da diplomacia presidencial constitui fator relevante de limitação da articulação internacional brasileira.

A “nova política externa” do governo Temer (2016-2018)

O *impeachment* da presidente Dilma implicou na assunção de seu vice, Michel Temer. A política externa desenvolvida durante seu governo representa inflexão frente às políticas que vinham sendo desenvolvidas desde 2003. Temer e seu corpo ministerial passaram a defender uma “nova política externa” que continuaria pautada em elementos tradicionais, como o multilateralismo e o universalismo, mas que abandonaria a suposta “ideologização” atribuída aos dois governos anteriores (Ferreira, 2017; Silva, 2019). A nova roupagem visava uma política de Estado, não de governo, sem influências partidárias (Ruiz Ferreira; Mesquita Tavares, 2025). A mudança na direção dessas medidas pode ser percebida a partir da nova composição do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Diferente dos governos anteriores, em que a primazia da escolha ministerial estava em diplomatas de carreira, Temer indicou figuras políticas para ocupar o cargo, sendo José Serra (2016–2017) e Aloysio Nunes Ferreira (2017–2018). Ao assumir o cargo, Serra estabeleceu as dez diretrizes que guiaram as relações internacionais do período, evidenciando, em especial, o fortalecimento das relações com parceiros tradicionais, como Estados Unidos, Europa e Japão. Ao mesmo tempo em que as relações com países do Sul Global passariam a assumir uma lógica predominantemente comercial (Serra, 2016). A relação Sul-Sul, central nos governos Lula e Dilma, perde o caráter político e estratégico, assumindo o pragmatismo voltado à obtenção de resultados econômicos concretos (Serra, 2016; Silva, 2019).



Essa orientação, seguindo a lógica da oitava diretriz do plano, também se expressou nas relações com os Estados Unidos, que voltou a ocupar posição de destaque na política externa brasileira do período. Diferentemente dos governos Lula e Dilma, em que a aproximação com Washington passou a refletir uma agenda pragmática, voltada à abertura econômica, à atração de investimentos e ao fortalecimento da credibilidade internacional do país (Silva, 2019). Sob essa perspectiva, a tradicional política de integração sul-americana, que já apresentava sinais de enfraquecimento no período Dilma, foi esvaziada sob a gestão Temer. A União de Nações Sul-Americanas (Unasul) não obteve reconhecimento como fórum institucional pelo então governo, assim como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) deteve o aspecto econômico evidenciado (Miranda, 2019). No caso do Mercosul, a proposta de Temer seria a aproximação do bloco com a Aliança do Pacífico, o que, de acordo com Miranda (2019), representaria o declínio da pauta integracionista e se aproximaria do modelo de regionalismo aberto característico da década de 1990 (Miranda, 2019). Além disso, a relação com a Venezuela tornou-se um dos principais símbolos da chamada “desideologização” da política externa. O afastamento brasileiro do país e a suspensão deste do Mercosul foram justificados como propósito de defesa da democracia regional, mas que também pode ser interpretado como um movimento de distanciamento do ciclo político da esquerda sul-americana (Moreira, 2020).

A mudança de direção da PEB também foi percebida no esvaziamento da participação brasileira no BRICS. Diferente dos dois governos anteriores, em que a atuação do país no grupo representava cunho político e até reformista, Temer articula frente ao grupo, em especial com a China, para captação de investimentos financeiros para o Brasil (Silva, 2019). A diplomacia presidencial, que já se encontrava enfraquecida no governo Rousseff, perdeu ainda mais força no governo Temer, com diminuição das viagens oficiais e maior concentração em agendas voltadas a reuniões para atração de investimentos (Oliveira, 2018; Silva, 2019). Evidencia-se que um dos principais pontos de inflexão do período reflete-se na candidatura brasileira para entrada na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), fórum frequentemente denominado de “clube dos países ricos”. Tal proposição apresenta desvio frente ao ideal de política externa “ativa” que vinha sendo desenvolvido desde 2003. A candidatura foi vista pelo governo como um ponto de impulso para fortalecer práticas econômicas, consideradas estáveis e responsáveis, e promover o desenvolvimento nacional, mas também como ponto de relevância para reestruturação da credibilidade internacional brasileira. Após as polêmicas e a repercussão internacional do impeachment de Dilma, as políticas

do atual governo também visavam a legitimação do novo presidente, assim como do próprio processo de impedimento frente ao Sistema Internacional (Ferreira, 2017; Silva, 2019).

Os três discursos de Temer à Assembleia Geral das Nações Unidas fazem menção à necessidade de reforma no Conselho de Segurança (Brasil, 2016; Brasil, 2017; Brasil, 2018). Contudo, constata-se que, mesmo diante da recorrência da pauta, a temática não foi aprofundada por Temer. Não há, em nenhum dos três momentos, defesa explícita de um assento permanente ao Brasil, limitando-se à reprodução de fórmulas diplomáticas tradicionais acerca da necessidade de tornar o órgão mais representativo (Ruiz Ferreira; Mesquita Tavares, 2025; Brasil, 2016; Brasil, 2017; Brasil, 2018). Assim, verifica-se uma redução do ativismo diplomático brasileiro em temas relacionados à reforma da ordem internacional. Dessa forma, a política externa do governo Temer pode ser compreendida menos como uma ruptura absoluta e mais como uma redefinição das prioridades e estratégias da atuação internacional brasileira (Silva, 2019). O multilateralismo não foi abandonado, mas ressignificado; a cooperação Sul-Sul não desapareceu, porém perdeu sua dimensão política; e a integração regional deixou de ocupar posição estratégica central. Em linhas gerais, a política externa do período assumiu características de uma diplomacia de retração política, mais pragmática e economicamente orientada. Observa-se o afastamento relativo da postura reformista voltada ao questionamento das assimetrias da ordem internacional, anteriormente defendida pelo Brasil, e uma aproximação maior com estruturas já estabelecidas da governança global.

*A reorientação da política externa no governo
Bolsonaro (2019-2022): realinhamento e isolamento
internacional*

A política externa desenvolvida no governo Jair Bolsonaro apresentou alterações e descontinuidades significativas. Desde a década de 1990, a formulação de política externa esteve ancorada na coexistência de duas correntes no que tange à inserção e atuação internacional brasileira: os institucionalistas e os autonomistas. Os primeiros defendem a liberalização econômica e a atuação brasileira em regimes internacionais para fim de manutenção da ordem internacional; e os autonomistas, trabalham na defesa de que o Brasil atue junto aos países do Sul Global a fim de contrabalancear o poder de potências ocidentais, não em uma visão de enfrentamento, mas sim multilateral e universal (Saraiva, 2010). No entanto, no período em que Bolsonaro esteve no poder, as lógicas acima sofreram importantes inflexões e reorientações. Sua política exterior aderiu ao caráter antiglobalista e nacionalista conservador, orientada pela polarização político-ideológica e abandono do universalismo, do multilateralismo e da



autonomia (Saraiva; Silva, 2019; Saraiva; 2022; Silva, 2024). De acordo com Saraiva e Silva (2019), o período incorporou a chamada “metapolítica externa”, fundamentada no combate ao globalismo e na defesa de valores considerados tradicionais do Ocidente. O núcleo da política externa de Bolsonaro era dividido no grupo ideológico, os apreciadores das ideias do escritor Olavo de Carvalho e praticantes das ideias antiglobalistas, com figura de representatividade central o ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo (2019–2021); e os pragmáticos voltados às articulações políticas mais tradicionais e planejamento a médio-longo prazo, representados pelo vice-presidente, Hamilton Mourão, e pela ala do agronegócio (Saraiva; Silva, 2019). A dualidade entre os movimentos gerou divergências e tensões na formulação da PEB do período, assim como na atuação internacional do Brasil. A cooperação Sul-Sul foi vista com desconfiança e provocou o afastamento de países do Oriente Médio e África (Silva, 2022). A aproximação com os Estados Unidos durante o governo Donald Trump constituiu um dos principais eixos dessa nova orientação, ao mesmo tempo que também representava abandono da tradição autonomista brasileira. Sob essa perspectiva, é fundamental analisar que a relação Brasil-EUA foi estabelecida mediante alinhamento sem reciprocidade norte-americana, ao ponto de que elementos da política externa de Trump foram incorporados por Bolsonaro, como no caso da aproximação a Taiwan e a Israel e discursos críticos à China (Vidigal, 2019). Bolsonaro buscou apoio estadunidense para a entrada brasileira na OCDE, em troca o governo norte-americano condicionou que o Brasil renunciasse ao “status de tratamento diferenciado, de país emergente, no âmbito da OMC — o que significaria a negociação do Brasil em termos igualitários com países desenvolvidos, sem preferências em negociações de acordos” (Saraiva; Silva, 2019, p.128).

No plano regional também ocorreram mudanças significativas. A pauta de integração sul-americana entrou em declínio; a atuação em blocos como a Unasul e Mercosul seguiu a mesma linha do governo Temer. As ações regionais do Brasil se concentram no Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul), criado em 2019. Diferentemente das iniciativas anteriores, que visavam integração regional, a nova articulação esteve associada a afinidades políticas e ideológicas dos países-membros, reduzindo assim o papel histórico desempenhado pelo Brasil como articulador regional (Saraiva; Silva, 2019). A relação com a Venezuela constituiu um dos principais exemplos de tensão entre os grupos ideológicos e pragmáticos do núcleo da política externa de Bolsonaro. O Brasil adotou uma postura alinhada aos Estados Unidos ao reconhecer Juan Guaidó como presidente legítimo venezuelano, reforçando o discurso contrário ao governo de Nicolás

Maduro (Saraiva; Silva, 2019). Entretanto, enquanto Ernesto Araújo defendia uma posição mais incisiva em relação ao país, Hamilton Mourão sustentava uma postura de não intervenção e manutenção do diálogo, revelando assim tensões internas quanto à formulação da PEB (Vidigal, 2019; Saraiva; Silva, 2019). A aproximação com os Estados Unidos também produziu impactos significativos sobre as relações brasileiras com a China. O discurso crítico de Bolsonaro e do ministro das Relações Exteriores a Pequim manifestou mudança em comparação aos governos anteriores, inclusive aqueles de orientação liberal, como o governo Temer (Vidigal, 2019). Contudo, apesar do discurso ideológico e das tensões políticas, limitações estruturais impediram mudanças profundas nesse relacionamento. A China mantinha-se como principal parceiro comercial do Brasil desde 2009, especialmente devido ao peso das exportações do agronegócio brasileiro. Em razão disso, setores pragmáticos demonstraram preocupação quanto aos possíveis impactos econômicos de uma deterioração das relações bilaterais (Silva, 2024).

A política agressiva e reativa do governo Bolsonaro em relação ao multilateralismo é percebida através da baixa atuação brasileira em instituições e regimes internacionais no período. A estratégia da diplomacia presidencial, em voga com Lula, foi utilizada a partir do viés ideológico. Ocorreram drásticas quedas no número de viagens presidenciais, também por conta do período pandêmico, no entanto, os destinos de Bolsonaro estavam em países que compartilhavam de sua matriz político-ideológica. A preferência por relações bilaterais, somada ao discurso antiglobalista, contribuiu para o enfraquecimento da atuação do país em fóruns internacionais e para o abandono parcial do universalismo diplomático, assim como da agenda climática e da saúde (Silva, 2024). Tais posturas contribuíram para o isolamento internacional brasileiro. Da mesma forma, observou-se redução do protagonismo brasileiro nos BRICS, o que poderia causar danos a longo prazo ao ponto de enfraquecer o espaço de manobra e de demandas brasileiras, além de reforçar a liderança da China no grupo (Silva, 2022). Durante a pandemia da Covid-19, o Brasil aproximou-se das posições adotadas pelos Estados Unidos, reproduzindo críticas à Organização Mundial da Saúde (OMS) e recusando apoio a iniciativas de cooperação internacional na Assembleia Geral da ONU. O alinhamento com os EUA no âmbito das Nações Unidas também é visível na mudança do voto brasileiro em relação ao conflito Israel-Palestina, favorável a Israel (Moreira, 2020; Silva, 2022). Mesmo diante desse cenário de muitas rupturas, os discursos de Bolsonaro à AGNU, particularmente os de 2021 e 2022, não se abstiveram de mencionar a aspiração brasileira pela reforma do Conselho de Segurança (Brasil, 2021; Brasil, 2022). Embora a temática tenha sido mencionada pontualmente, ações



diplomáticas práticas voltadas à concretização do objetivo não foram construídas (Ruiz Ferreira; Mesquita Tavares, 2025). Nesse sentido, o enfraquecimento da capacidade de articulação internacional brasileira e a redução do protagonismo do país no período constituíram desafios relevantes para a política externa do governo subsequente, que passou a buscar a reconstrução da imagem internacional do Brasil e a retomada de sua atuação em fóruns multilaterais.

*A política externa do governo Lula 3 (2023-2025):
“O Brasil voltou”*

O terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, no período dos três primeiros anos analisados por esse estudo, é percebido como retorno da política externa ao centro da estratégia de desenvolvimento nacional e à atuação internacional brasileira, com a reconstrução do diálogo diplomático e a atuação mais ativa em fóruns multilaterais (Brasil, 2025). É importante enfatizar que a estratégia adotada no período diverge dos dois primeiros mandatos de Lula por dois motivos, em especial: mudanças no cenário internacional e legado de isolamento do governo Bolsonaro. Diferentemente do início dos anos 2000, o sistema internacional atual é percebido pelo enfraquecimento da hegemonia norte-americana, assim como pela crise no sistema liberal, recentralização da agenda de segurança como foco por consequência das tensões geopolíticas entre potências e o surgimento de novos polos de poder, como o caso da China. Além disso, guerras comerciais e disputas estratégicas tornam o cenário atual mais complexo do que aquele encontrado entre 2003 e 2010 (Fernandes; Fernandes, 2024). A partir desse contexto, a atual política externa não trabalha apenas para revogar as inflexões do governo Bolsonaro, muito menos retomar padrões anteriores da diplomacia brasileira. A estratégia adotada busca projetar o Brasil dentro de um novo contexto global, regional e doméstico, reposicionando o país internacionalmente com foco no diálogo, cooperação e agendas voltadas às mudanças climáticas, ao combate à pobreza, retorno do multilateralismo e da autonomia decisória (Lima, 2023). Nesse sentido, o governo passou a construir uma narrativa diplomática associada à ideia de que “o Brasil voltou”, expressão utilizada por membros do governo para simbolizar a reconstrução da inserção internacional brasileira (Brasil, 2025).

As articulações de Lula começaram antes mesmo de o presidente eleito tomar posse. Sua participação na COP 27, em novembro de 2022, no Egito, representa simbolicamente o retorno do Brasil às articulações multilaterais (Lima, 2023). Ademais, pode-se inferir que a presença de Lula nessa conferência sobre o clima representa, acima de tudo, a centralidade da agenda ambiental-climática em suas políticas. A diplomacia de Lula visa utilizar a floresta Amazônica

e a COP 30, sediada em Belém, em 2025, como ativo para o país liderar as discussões sobre a agenda ambiental e se consagrar internacionalmente como um player da agenda (Lima, 2023; Fernandes; Fernandes, 2024). Seguindo a agenda ambiental-climática, Lula revitalizou a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), assim como o Fundo Amazônia, negligenciados pelo governo anterior. Além disso, metas como zerar o desmatamento da Amazônia até 2030 foram estabelecidas (Lima, 2023; Fernandes; Fernandes, 2024; Lima; Ives, 2024). No entanto, determinadas contradições podem ser observadas nessa estratégia. Iniciativas como a discussão sobre exploração petrolífera na Margem Equatorial e a entrada do Brasil como membro observador da OPEP+ geraram questionamentos acerca da compatibilidade entre discurso e prática ambiental (Lima; Ives, 2024). No âmbito regional, o contexto também se encontra diferente dos dois mandatos anteriores de Lula. A América do Sul vive uma conjuntura política e ideológica fragmentada, com crises econômicas e políticas em seus países. Retomadas foram percebidas, entre elas o retorno brasileiro à Unasul e a reativação de relações diplomáticas com a Venezuela (Fernandes; Fernandes, 2024). Em 2025, o Brasil assumiu a presidência temporária do Mercosul, onde reforçou a pauta de integração regional como instrumento de desenvolvimento e inserção internacional da América do Sul (Brasil, 2025).

A participação ativa no BRICS também é elemento de destaque, assim como a indicação da ex-presidente Dilma Rousseff para presidir o Novo Banco de Desenvolvimento. Também em 2025, o Brasil assumiu a presidência temporária do BRICS sob o lema “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável”, em que revigorou princípios que também guiaram a política externa nos anos Lula e Dilma, de consolidar a voz do Sul Global, assim como defender a reforma de instituições multilaterais. De maneira semelhante, a presidência brasileira no G20 priorizou pautas relacionadas ao combate à fome, à pobreza, à reforma da governança global e ao enfrentamento das mudanças climáticas, resultando na criação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, apontada como um dos principais legados da presidência brasileira (Fernandes; Fernandes, 2024; Brasil, 2024; Brasil, 2025). O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, destaca que a prática da diplomacia presidencial de Lula é um dos principais instrumentos para o processo de retomada do protagonismo internacional brasileiro (Brasil, 2024). Ao longo dos três primeiros anos de governo, Lula realizou 61 missões oficiais ao exterior e recebeu 32 chefes de Estado, além de concretizar 190 encontros bilaterais em eventos multilaterais (Vaz, 2026). Outro elemento importante da política externa do governo Lula 3 diz



respeito à permanência de determinadas pautas históricas da PEB, entre elas a defesa da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Entretanto, embora essa pauta já estivesse presente nos governos Lula 1 e Lula 2, sua inserção no terceiro mandato ocorre sob uma nova lógica política. Nos mandatos anteriores, a reivindicação pela reforma aparecia fortemente associada à ascensão e protagonismo internacional do Brasil. Na conjuntura atual, contudo, a pauta está vinculada a uma crítica mais ampla sobre a crise de legitimidade das instituições internacionais e à necessidade de reformulação da governança global (Brasil, 2023; Brasil, 2024; Brasil, 2025).

Tal mudança pode ser observada nos discursos presidenciais realizados na Assembleia Geral das Nações Unidas entre 2023 e 2025. A reivindicação deixa de ser apresentada apenas como instrumento de projeção nacional e passa a ser também articulada a pautas que visam a representação do Sul Global, a ampliação da participação de regiões historicamente marginalizadas e a construção de uma ordem internacional considerada mais inclusiva, como pode ser observado na fala do presidente à Assembleia Geral em 2024: “A exclusão da América Latina e da África de assentos permanentes no Conselho de Segurança é um eco inaceitável de práticas de dominação do passado colonial” (Brasil, 2024). É importante ressaltar que, considerando que o terceiro mandato de Lula ainda se encontra em andamento, torna-se limitada qualquer conclusão definitiva acerca dos resultados da estratégia adotada no período. No entanto, fica nítida a presença de tendências relacionadas à retomada do protagonismo internacional, à reconstrução da participação brasileira em fóruns multilaterais e à tentativa de posicionar o Brasil como representante do Sul Global e como ator relevante no pleito da reformulação das estruturas de governança internacional.

Potência média ou potência em ascensão?: a inserção internacional brasileira (2003-2025)

A partir da análise da política externa acima explorada, observa-se que a inserção e atuação internacional do Brasil entre 2003 e 2025 não ocorreu de forma homogênea. Embora o Brasil possa ser compreendido como um Estado intermediário, nos termos de Keohane (1969), os diferentes governos analisados apresentaram estratégias distintas de inserção e atuação internacional, alternando entre comportamentos associados às potências médias e estratégias típicas de potências em ascensão. Sob essa ótica, a atuação internacional brasileira foi influenciada tanto por fatores domésticos quanto pelas transformações do sistema internacional, destacando-se o papel da diplomacia presidencial, a configuração da ordem global e o grau de engajamento em instituições multilaterais e coalizões internacionais.

Os dois primeiros governos de Lula, entre 2003 e 2010, representam o período de maior ativismo internacional dentre os analisados nesse estudo. A política externa desenvolvida se aproxima nitidamente da condição de potência em ascensão. A atuação e inserção internacional brasileira no período utilizam sua participação institucional para buscar maior reconhecimento e influência na estrutura decisória internacional. A liderança na formação do G-20 comercial, a atuação junto ao G-4 em defesa da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a participação do BRIC e a mediação da questão nuclear iraniana demonstram uma estratégia voltada não apenas para ampliar a capacidade diplomática do país, mas também para reivindicar maior espaço político na ordem internacional.

À luz das contribuições de Ikenberry e Lin (2017), presentes no Quadro 2, é possível identificar duas estratégias de potência em ascensão no período. A primeira delas corresponde à busca por autoridade, evidenciada pela defesa da ampliação da representatividade do Conselho de Segurança e reivindicação de um assento permanente ao Brasil, presentes nos discursos de Lula na Assembleia Geral da ONU. A segunda estratégia refere-se à inovação externa, observada na construção de coalizões e mecanismos considerados alternativos de articulação internacional, como o caso do fortalecimento da cooperação Sul-Sul, a liderança no G-20 comercial, a atuação no BRIC e a crescente aproximação de países do Sul Global e da Ásia, o que reverbera a noção de “autonomia pela diversificação (Vigevani; Cepaluni, 2007). A política externa dos governos Lula 1 e 2 não se limitou à utilização das instituições existentes, mas buscou ampliar o status internacional brasileiro por meio de uma atuação reformista e de crescente protagonismo. É importante ressaltar que a partir do estudo, percebeu-se que a diplomacia presidencial desempenhou papel importante na configuração de potência em ascensão do período. A intensa participação de Lula em fóruns multilaterais, negociações internacionais e visitas oficiais contribuiu para ampliar a visibilidade do Brasil e reforçar sua imagem como ator relevante e participativo nas discussões globais. A inserção internacional brasileira esteve fortemente associada à figura presidencial, transformando a diplomacia presidencial em instrumento de projeção de influência e reconhecimento internacional.

A política externa desenvolvida por Dilma Rousseff não representou uma ruptura completa da estratégia anterior. Pelo contrário, diversas diretrizes foram mantidas, especialmente a defesa do multilateralismo, a participação ativa no BRICS e a continuidade da pauta reformista relacionada à governança global. Contudo a postura da presidente em relação à participação ativa em atividades internacionais e a



conjuntura internacional da época, relativa aos efeitos da crise financeira de 2008, também influenciaram a atuação brasileira. Observou-se diminuição da diplomacia presidencial e do ativismo diplomático brasileiro. Ainda que o governo Dilma tenha mantido posições reformistas, como a defesa da reforma do Conselho de Segurança e a proposta da “responsabilidade ao proteger”, a capacidade de liderança internacional brasileira tornou-se mais limitada. Sendo assim, o período de 2011 a 2016 pode ser compreendido como um período de transição entre a lógica de potência em ascensão para um comportamento mais próximo de potência média emergente, nos termos propostos por Jordaan (2003). O Brasil continuou defendendo reformas institucionais e ampliando sua participação em fóruns multilaterais, porém sem a mesma intensidade e ambição relacionadas ao reposicionamento internacional observado anteriormente. Além disso, percebe-se atuação em nichos específicos, como o ambiental com a Rio+20 e o de segurança, com a “responsabilidade ao proteger”.

O governo de Michel Temer aprofundou o movimento de moderação na política externa brasileira, houve uma redefinição das prioridades da inserção internacional do país. A cooperação Sul-Sul perdeu sua dimensão estratégica e política, as iniciativas de integração regional foram esvaziadas e a aproximação com parceiros tradicionais passou a ocupar posição central, assim como o ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tornou-se uma das principais prioridades do período. Observa-se que o Brasil assumiu uma postura internacional de defensor da ordem vigente através da ideia do governo de transmitir a imagem de um Brasil que fosse economicamente responsável. A pauta reformista, embora mencionada por Temer em seus discursos à Assembleia Geral das Nações Unidas, perpassa muito mais a reprodução de uma fórmula pronta do que uma pauta na agenda do país, ainda mais pela não menção ao assento brasileiro no Conselho de Segurança. Nesse contexto, a política externa de Temer aproxima-se do conceito de potência média tradicional apresentado por Jordaan (2003). O governo priorizou a ideia de estabilidade internacional, a atração de investimentos e o fortalecimento das relações com atores tradicionais do sistema internacional, afastando-se de iniciativas voltadas ao reposicionamento do Brasil na hierarquia global. A eleição de Jair Bolsonaro produz uma inflexão e declínio ainda maior na trajetória de inserção internacional do Brasil. Diferentemente dos governos analisados anteriormente, foi percebido o enfraquecimento de elementos historicamente associados à política externa brasileira, como o multilateralismo, o universalismo, a autonomia e a cooperação Sul-Sul. O alinhamento ideológico aos Estados Unidos durante o governo Donald Trump, a

redução da participação e crítica às instituições e regimes multilaterais, o enfraquecimento da atuação brasileira no BRICS e a priorização de relações bilaterais baseadas em afinidades políticas produziram um afastamento dos padrões de comportamento internacional que caracterizaram a diplomacia brasileira desde a redemocratização (Silva, 2024). Nesse sentido, o governo Bolsonaro distancia-se tanto da lógica das potências em ascensão quanto das concepções mais tradicionais de potência média presentes neste estudo, uma vez que a inserção internacional brasileira deixou de ser orientada pela ampliação da autonomia e da capacidade de articulação institucional e passou a ser direcionada por questões de afinidade ideológica.

A análise do período também revela a presença de elementos contraditórios que dificultam uma classificação. A defesa da reforma do Conselho de Segurança e o assento brasileiro foram mencionados por Bolsonaro em seus discursos de 2021 e 2022 na Assembleia Geral da ONU (Brasil 2021; Brasil, 2022). No entanto, ações estratégicas e diplomáticas não acompanharam suas falas, muito menos articulações internacionais. Dessa forma, observa-se uma contradição entre objetivos declarados e práticas efetivamente adotadas, o que afasta completamente o governo Bolsonaro da condição de potência em ascensão. Ainda assim, é possível identificar alguns traços associados ao comportamento de uma potência média tradicional, especialmente na valorização da estabilidade da ordem internacional existente e na menor disposição para promover transformações institucionais mais amplas. O terceiro mandato de Lula, iniciado em 2023, apresenta-se como uma tentativa de reconstrução da imagem e atuação internacional brasileira após o isolamento do período anterior. No entanto, como enfatizado na análise do período, a estratégia adotada não constitui uma reprodução de seus dois mandatos anteriores, em especial pela nova ótica do contexto internacional. Cabe ressaltar que o terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva ainda se encontra em andamento, o que limita conclusões definitivas acerca dos resultados de longo prazo da estratégia adotada. Dessa forma, a análise proposta nesta pesquisa foi compreendida através das tendências observadas até 2025. Nesse cenário, há o retorno do multilateralismo, da cooperação Sul-Sul e da diplomacia presidencial como instrumentos centrais de inserção internacional. A atuação no BRICS, a presidência brasileira do G20, a defesa da reforma das instituições internacionais e a construção da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza demonstram a retomada de estratégias associadas à busca por maior influência internacional. Desse modo, o período pode ser compreendido como uma transição entre o comportamento de uma potência média emergente e a atuação característica de uma potência em ascensão.



Sob a perspectiva de Ikenberry e Lin (2017), é possível identificar a presença de estratégias associadas às potências em ascensão, especialmente os mecanismos de busca por autoridade e inovação externa. A defesa da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas assim como do assento brasileiro, o protagonismo na presidência do G20 e a crescente atuação no BRICS evidenciam esforços voltados à ampliação da influência política e do reconhecimento internacional do país. Paralelamente, iniciativas como a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e o fortalecimento da cooperação Sul-Sul também demonstram a utilização de novos arranjos e coalizões para ampliar a capacidade de articulação internacional do Brasil. Diferentemente do período compreendido entre 2003 e 2010, entretanto, a estratégia atual encontra-se menos associada à ascensão nacional em sentido estrito e mais vinculada à representação dos interesses do Sul Global e à defesa de uma ordem internacional mais inclusiva, indicando um processo de transição em direção a uma atuação mais próxima daquela desempenhada por potências em ascensão. Em síntese, os resultados desta pesquisa indicam que a atuação internacional brasileira entre 2003 e 2025 não pode ser compreendida a partir de uma classificação estática. Embora o Brasil possua atributos estruturais frequentemente associados às potências médias, sua atuação internacional variou de acordo com as estratégias adotadas pelos diferentes governos. Conclui-se então que a posição do Brasil na hierarquia internacional não é determinada exclusivamente por suas capacidades materiais, mas também pelas estratégias de inserção adotadas pelos governos, pela utilização da política externa como instrumento de projeção internacional e pelas oportunidades e constrangimentos impostos pelo contexto sistêmico. O caso brasileiro demonstra, também, que as categorias de potência média e potência em ascensão devem ser compreendidas como posições dinâmicas e complementares, cuja manifestação depende da combinação entre recursos nacionais, liderança política e capacidade de articulação internacional.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar a política externa brasileira no período compreendido entre 2003 e 2025, a fim de identificar em que medida e sob quais aspectos a atuação internacional do Brasil aproxima-se dos modelos de potência média ou de potência em ascensão. Para tanto, foram examinadas as estratégias de inserção internacional adotadas pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010; 2023-2025), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), a partir das contribuições teóricas sobre Estados intermediários e da Análise de Política Externa. A partir da análise, constatou-se que a inserção e atuação

internacional brasileira, ao longo do período analisado, não ocorreu de forma homogênea ou linear. Em parte, considerável do período, a atuação do país preservou elementos associados ao comportamento de potência média, como o multilateralismo, a formação de coalizões e nichos estratégicos de atuação. Mas também, observaram-se momentos em que a política externa brasileira incorporou estratégias compatíveis com a atuação de uma potência em ascensão, especialmente nos governos Lula. A análise evidenciou que a projeção internacional do país esteve diretamente relacionada às prioridades e estratégias atribuídas à política externa de cada governo.

Os três governos Lula caracterizam-se por maior ativismo diplomático, intensificação da diplomacia presidencial, fortalecimento das relações com países do Sul Global e atuação mais ativa em fóruns multilaterais. Percebe-se também que, mesmo que os três mandatos de Lula se aproximem da categoria de potência em ascensão, há diferenças em relação à forma como a política externa foi construída. O período de 2003 a 2010 compreende um reposicionamento internacional mais centrado na ascensão nacional. Já em seu terceiro mandato, analisado até 2025, a estratégia de reposicionamento na hierarquia internacional está vinculada à liderança brasileira no tocante aos interesses do Sul Global e da reivindicação de uma ordem internacional mais inclusiva. Além disso, é possível identificar que a participação ativa do presidente, por meio da diplomacia presidencial, contribuiu para a atuação mais ativa do país em fóruns e regimes internacionais. Em contraste, percebe-se que os governos Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro apresentaram, em diferentes graus, ciclos de contenção, reorientação ou retração da atuação internacional brasileira, limitando a continuidade de uma trajetória de ascensão internacional. Nesse sentido, um dos principais achados do estudo consiste na constatação de que a aproximação do Brasil à categoria de potência em ascensão depende de ações de continuidade de estratégias diplomáticas voltadas à ampliação de influência e participação ativa nas discussões e processos decisórios da ordem internacional. As mudanças de orientação observadas entre os diferentes governos dificultam a consolidação de uma trajetória contínua de ascensão internacional. O principal obstáculo para tal não está na ausência de capacidades ou instrumentos diplomáticos, já que os períodos do governo Lula mostraram que essa forma de atuação é possível. O cerne da questão está na descontinuidade e na dificuldade entre os ciclos de governo sustentarem a ascensão internacional como uma política do Estado brasileiro. Ou seja, a busca por influência e reposicionamento na ordem global ainda não se configurou como uma diretriz e uma ambição estável da política externa brasileira, que seja independente de ideologias dos líderes políticos.



Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para o debate acerca das categorias de potência média e potência em ascensão ao evidenciar que ambas não devem ser compreendidas como conceitos equivalentes. No entanto, embora os conceitos possuam focos analíticos distintos, os resultados indicam que eles não devem ser compreendidos como categorias totalmente dissociadas. O caráter de potências médias está associado a padrões de comportamento internacional, enquanto as potências em ascensão envolvem estratégias voltadas ao reposicionamento na hierarquia internacional e à ampliação de status e influência. A atuação característica das potências médias, baseada no multilateralismo, na formação de coalizões e na ampliação da capacidade diplomática, pode constituir a base a partir da qual esses Estados, que ampliam sua influência política, reivindiquem maior participação nos processos decisórios internacionais. Nesse sentido, a condição de potência média não exclui a possibilidade de ascensão internacional, podendo, em determinadas circunstâncias, funcionar como etapa ou plataforma para estratégias de reposicionamento na hierarquia internacional.

Entretanto, algumas limitações do estudo devem ser consideradas. Em primeiro lugar, o terceiro mandato do presidente Lula ainda se encontra em curso, o que impõe restrições à formulação de conclusões definitivas sobre seus resultados de longo prazo. Além disso, a pesquisa se baseou em indicadores relacionados à atuação diplomática e institucional, não incorporando de forma aprofundada variáveis econômicas, militares e comerciais que também podem influenciar a posição internacional dos Estados. Por fim, sugere-se que estudos futuros aprofundem a comparação entre o Brasil e outras potências intermediárias do Sul Global, como Índia e África do Sul, a fim de identificar se as categorias analíticas exploradas nesse estudo aparecem linearmente ou não em relação à atuação internacional comparada ao caso brasileiro. Estudos posteriores também poderão avaliar se as estratégias adotadas pelo atual governo conseguirão produzir efeitos duradouros na posição internacional do Brasil. Dessa forma, conclui-se que o Brasil manteve, ao longo do período analisado, características estruturais de uma potência média, mas que, em determinados momentos, especialmente quando associado a estratégias de maior protagonismo diplomático e atuação reformista, aproximou-se de comportamentos típicos de uma potência em ascensão. Portanto, a trajetória brasileira evidencia que a posição internacional de Estados intermediários é resultado não apenas de capacidades materiais, mas também das escolhas políticas e diplomáticas que orientam sua inserção no sistema internacional.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Celso. A Política Externa Brasileira no governo do Presidente Lula (2003-2010): uma visão geral. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53, 214-240, 2010.
- AVEIRO, Sara Munis. A Definição das Categorias Potências Emergentes e Potências em Ascensão nas Relações Internacionais. *Boletim Lua Nova*, 2025.
- BARNABÉ, Israel Roberto. O Itamaraty e a Diplomacia Presidencial nos governos FHC e Lula. *REI - Revista de Estudos Internacionais*, 1, 2010.
- BERRINGER, Tatiana; FORLINI, Luana. Crise política e mudança na política externa no governo Temer: contradições no seio da burguesia interna brasileira. *Conjuntura Austral*, 9, 5-19, 2018.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Discurso do Presidente Michel Temer na abertura do debate geral da 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. MRE, Brasília, DF, 2018.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI). A política externa do Brasil. FUNAG, Brasília, DF, 2003.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. O Brasil voltou para fazer a diferença (O Globo, 24/11/2024). Por: Mauro Vieira. MRE, Brasília, DF, 24 nov. 2024.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Reforma do Conselho de Segurança da ONU. Brasília, DF, 2025.
- BRASIL. Presidência da República. Biblioteca. Discurso do presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura do Debate Geral da 77ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Biblioteca da Presidência da República, Brasília, DF, 2022.
- BRASIL. Presidência da República. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova Iorque, 2011.
- BRASIL. Presidência da República. Discurso do presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 76ª Assembleia Geral da ONU. Brasília, DF, 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 59ª Assembleia Geral da ONU. Nova York, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. Discurso do Presidente da República, Michel Temer, na abertura do debate geral da 72ª Sessão da Assembleia Geral da ONU. Biblioteca da Presidência da República, Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. Presidência da República. Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 78ª Assembleia da ONU. Palácio do Planalto, Brasília, DF, 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Discurso do presidente Lula na abertura da 79ª Assembleia Geral da ONU, em Nova York. Palácio do Planalto, Brasília, DF, 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Discurso do presidente Lula na abertura do Debate Geral da 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Palácio do Planalto, Brasília, DF, 2025.
- BRASIL. Presidência da República. Discurso do Senhor Presidente da República, Michel Temer, durante abertura



do Debate Geral da 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Biblioteca da Presidência da República, Nova York, 2016.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. Em três anos, Brasil consolida nova fase da política externa e amplia influência global. SECOM, Brasília, DF, 2025.

BRASIL. Senado Federal. Íntegra do discurso da presidente Dilma Rousseff na cerimônia de posse. Senado Notícias, Brasília, DF, 2011.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Editora UnB, Brasília, DF, 2011.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). Revista Brasileira de Política Internacional, 57, 133-151, 2014.

COOPER, Andrew F.; HIGGOTT, Richard A.; NOSSAL, Kim Richard. Relocating middle powers: Australia and Canada in a changing world order. UBC Press, Vancouver, 1993.

CORNETET, João Marcelo Conte. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. Conjuntura Austral, 5, 111-150, 2014.

FERNANDES, Ivan Filipe; FERNANDES, Guilherme. Retomada, protagonismo e equilíbrio: a política externa no novo governo Lula. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, 9, 123-143, 2024.

FERREIRA, Aloysio Nunes. A nova política externa brasileira. Cadernos de Política Exterior, 6, 15-26, 2017.

FLEMES, Daniel. A visão brasileira da futura ordem global. Contexto Internacional, 32, 403-436, 2010.

FONSECA, Carmen. O Brasil de Lula: a permanente procura de um lugar no sistema internacional. Relações Internacionais, 55, 51-70, 2017.

GIL, Antonio Carlos. Como fazer pesquisa qualitativa. Atlas, São Paulo, 2021.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas, São Paulo, 2026.

HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina Soares de; PINHEIRO, Letícia. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. Nueva Sociedad, 226, 2010.

HOLBRAAD, Carsten. Middle powers in international politics. Macmillan Press, London, 1984.

HURRELL, Andrew. Some Reflections on the Role of Intermediate Powers in International Institutions. Latin American Program Working Paper, 244, 23-41, 2000.

HURRELL, Andrew. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers?. International Affairs, 82, 1-19, 2006.

HURRELL, Andrew. The quest for autonomy: the evolution of Brazil's role in the international system, 1964-1985. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, DF, 2013.

IKENBERRY, G. John. The rise of China and the future of the West. Foreign Affairs, 87, 23-37, 2008.

IKENBERRY, G. John; LIM, Darren J. China's Emerging Institutional Statecraft: The Asian Infrastructure Investment Bank and the prospects for counter-hegemony. Brookings Institution, Washington, DC, 2017.

ISDRA, Lucas Barreto Leite. Entre a tradição e a inflexão: análise dos discursos de abertura do Brasil na Assembleia Geral da ONU sob Lula e Bolsonaro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025.

JORDAAN, Eduard. The concept of a middle power in international relations: distinguishing between emerging and traditional middle powers. South African Journal of Political Studies, 30, 165-181, 2003.

KEOHANE, Robert O. International relations and world politics: toward a theory of middle range. International Organization, 23, 1969.

KEOHANE, Robert O. Lilliputians' Dilemmas: Small States in International Politics. International Organization, 23, 291-310, 1969.

KEOHANE, Robert O. After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy. Princeton University Press, Princeton, 1984.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Power and Interdependence. Longman, Boston, 1977.

LEITE, Patrícia Soares. O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, DF, 2011.

LIMA, Maria Regina Soares de. A dialética da política externa de Lula 3.0. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, 5, 79-95, 2023.

LIMA, Maria Regina Soares de; IVES, Diogo. Desafios políticos na implementação da política externa do governo Lula 3. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, 9, 103-122, 2024.

MENEZES, Roberto Goulart; FINGERMAN, Natália. Cooperação sul-sul no governo de Dilma Rousseff (2011-2016): retração ou transformação?. Sociedade e Cultura, 23, 2020.

MIRANDA, Samir Perrone de. A "nova política externa brasileira" de Temer para a América do Sul. Conjuntura Austral, 10, 126-138, 2019.

MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. Continuidades e descontinuidades nos governos Temer e Bolsonaro na política externa brasileira (2016-2020). Mural Internacional, 11, 1-17, 2020.

OLIVEIRA, Cesar Augusto Tavares. A Política Externa do Governo Temer: características e oportunidades de uma política pública negligenciada. Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais, 17, 296-309, 2018.

O'SULLIVAN, Meghan L.; MITTER, Rana; YUSUF, Moeed W. Middle powers: an intellectual framework. Belfer Center for Science and International Affairs, Cambridge, 2025.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. Política externa dos anos Dilma (2011-2016): um Brasil com influência global. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, 6, 16-39, 2023.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Uma análise da política externa do governo Lula da Silva. Revista Debates, 4, 60, 2010.